

Vencedor promete impor austeridade e realizar um trabalho de equipe

BRASÍLIA — O Presidente do Senado, José Fragelli, afirmou ontem, na primeira entrevista coletiva depois de sua eleição, que aguardará a decisão da Justiça sobre as contratações sem concurso para o Senado. Isto porque “as medidas tomadas pela Mesa antes da Justiça se manifestar poderiam ser inutilizadas, às vezes com conseqüências de ordem patrimonial”.

Fragelli afirmou que seu trabalho à frente da Mesa Diretora do Senado será “austero e de equipe” e que pretende fazer ainda hoje a primeira reunião da nova Mesa Diretora. Garantiu que lutará pela volta das prerrogativas do Legislativo e disse não acreditar que o PDS, agora na oposição, venha a adotar sistematicamente a prática da obstrução.

Fragelli considera “legítimo” o recurso da obstrução, usado pelos oposicionistas contra as propostas enviadas pelo Executivo que, se aprovadas, redundariam em danos para os partidos da oposição.

— Agora, as propostas do Executivo terão o sentido de aperfeiçoar o regime democrático. E se a oposição trabalhar para obstruí-las incorrerá na repulsa da opinião pública — declarou Fragelli.

Defendeu alteração no trabalho das comissões, que funcionam todas ao mesmo tempo, e disse acreditar que o princípio da proporcionalidade entre os partidos será mantido na

composição das comissões.

O novo Presidente do Senado tem 69 anos e começou a vida pública como Promotor de Justiça em Campo Grande, em 1939. Foi Secretário de Justiça e Finanças de Mato Grosso entre 1953 e 1954, Deputado Estadual (1947-1954) e Deputado Federal (1955-1959) pela UDN e Governador de Mato Grosso pela Arena durante o Governo Médici. Assumiu a cadeira no Senado quando Pedro Pedrossian se afastou para governar o Estado.

● Em nota à imprensa, um dos autores da ação popular contra o “trem da alegria”, Pedro Calmon, afirma que a nova Mesa do Senado pode anular o ato do Senador Moacyr Dalla que efetivou 1.500 servidores da gráfica sem concurso. Segundo Calmon, basta que seja aplicado o princípio da súmula 473 do Supremo Tribunal Federal de que “a administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”.

— A mesa pode dispensar todos aqueles que foram apresentados, no final do ano, com cargos públicos — entende Calmon.

Comentando a nota oficial da Comissão Diretora do Senado, divulgada na terça-feira, Calmon disse que, ao contrário do que defende a Comissão, os atos de Dalla não têm respaldo jurídico:

— Das duas uma: ou os ilustres Senadores componentes da atual Mesa do Senado, comprometidos com parentes e amigos no “trem da alegria”, jamais leram a Constituição, ou querem fazer de todo o povo brasileiro um bando de imbecis — afirmou.